

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.593.794 - SP (2019/0293491-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE** : TELEFÔNICA BRASIL S.A  
**ADVOGADOS** : JOSÉ CARDOSO DUTRA JUNIOR - DF013641  
IGOR BIMKOWSKI ROSSONI - RS076832  
CARLOS EDUARDO BAUMANN - SP107064  
FELIPE ESBROGLIO DE BARROS LIMA - SP310300  
GUILHERME DO LAGO ZENNI  
**AGRAVADO** : MAX JOHN SISTEMA PROFISSIONAL DE LIMPEZA LTDA  
**AGRAVADO** : COMERCIAL DE SUCATAS FLORES LTDA  
**AGRAVADO** : W S PEREZ COMERCIO DE MOVEIS LTDA  
**AGRAVADO** : CATANDUVA DIESEL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E PECAS  
LTDA  
**AGRAVADO** : THEODORO BECKER COMERCIAL LTDA  
**AGRAVADO** : HIDROMETAL INDUSTRIA E COMERCIO LIMITADA  
**AGRAVADO** : BOCARDI & BOCARDI LTDA ME  
**AGRAVADO** : BUFFET MAZZI LTDA  
**AGRAVADO** : DIMAS TRATORES E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA  
**ADVOGADOS** : ERALDO LUÍS SOARES DA COSTA - SP103415  
DANIEL BOSO BRIDA - SP195509

**DECISÃO**

1. Cuida-se de agravo interposto por TELEFÔNICA BRASIL S.A contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

Processual cível. Ilegitimidade passiva não verificada. Responsabilidade da suplicada pela emissão da diferença de ações na qualidade de sucessora da TELEBRAS. Empresa integrante da cadeia impulsionadora de consumo. Relação consumerista – incidência da legislação respectiva. Preliminar afastada. Prescrição. Inocorrência. Obrigação marcada por natureza pessoal. Inteligência dos arts. 205 e 2.028, em combinação, ambos do Código Civil. Precedentes. Prejudicial rejeitada. Apelação cível. Telefonia. Plano de expansão. Ação cominatória cumulada com exibição de documentos fundada em contratos de participação financeira. Complementação de ações. Emissão que deve considerar o valor patrimonial (VPA) do balancete do mês da integralização. Súmula n. 371 do c. Superior Tribunal de Justiça. Correção monetária do valor integralizado até a data da subscrição. Inviabilidade – critério estranho ao da evolução do valor patrimonial da ação. Obrigação de indenizar configurada. Honorários advocatícios majorados de R\$ 100,00 para R\$ 1.000,00 - observância às diretrizes do art. 20, § 3º e 4º, do CPC. Sentença reformada tão-somente no aspecto. Recurso improvido.

Opostos embargos de declaração, foram acolhidos em parte, tendo o acórdão a seguinte ementa:

Embargos declaratórios. Telefonia. Cominatória cumulada com exibição de documentos fundada em contrato de participação financeira. Complementação de ações. Ilegitimidade passiva - agitada necessidade de suspensão do processo com esteio na afetação da matéria ao regime de recurso repetitivo no e. STJ. Pretensão prejudicada – apelação conhecida. Providência, não bastasse, tocante apenas aos recursos especiais. Adequação do julgado, todavia, à tese firmada em sede de recurso repetitivo, e isso no que importa ao critério de apuração do valor indenizatório – Resp n. 1301989/RS. Prequestionamento – via inadequada. Aclaratórios acolhidos; em parte.

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao disposto nos arts. 884 do Código Civil, 233, parágrafo único, da Lei nº 6.404/76, 6º, VIII, do CDC e 333 do CPC/1973.

Alega nulidade do julgamento ante a inversão do ônus probatório em sede de sentença, sem ter sido oportunizado ao réu a produção de prova tendo ciência do ônus que passou a lhe ser imposto. Defende, ainda, a ilegitimidade passiva da parte recorrente. Aduz a necessidade de consideração dos eventos societários para realização de cálculo de diferença acionária.

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 596-599.

Inadmitido o recurso especial na Corte local em relação à questão da ilegitimidade passiva por estar o acórdão recorrido em conformidade com recurso repetitivo (Tema 910 do STJ), bem como inadmitido o recurso quanto às demais matérias, a parte agravante interpôs agravo em recurso especial em relação à parte da decisão sobre a matéria não repetitiva e interpôs agravo interno em relação à parte da decisão sobre a matéria repetitiva.

É o relatório. Decido.

2. Observa-se que o objeto do presente agravo em recurso especial, conforme consta da petição recursal da parte agravante à fl. 624, limita-se a destrancar o recurso especial quanto à parte da decisão relativa às matérias não relacionadas ao tema repetitivo.

Isso porque a matéria alegada no recurso especial relativa à ilegitimidade passiva foi inadmitida na origem com base na conformidade do acórdão recorrido com tese firmada em sede de recurso repetitivo, vindo a parte recorrente a interpor agravo interno dessa parte da decisão, conforme previsão legal do art. 1.030, I, "b", §2º, do CPC/2015.

Com efeito, *"o Código de Processo Civil de 2015, de forma expressa, determina o cabimento de agravo interno contra decisão que, especado no artigo 1.030, I, b, do CPC/2015, nega seguimento ao recurso especial"* (AgInt no AREsp 1003647/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/02/2017, DJe 22/02/2017).

3. Quanto às matérias relativas à violação aos arts. 884 do Código Civil, 6º, VIII, do CDC e 333 do CPC de 1973 e ao dissídio jurisprudencial sobre esses dispositivos legais na ótica arguida pela parte agravante, isto é, consideração dos eventos societários para realização de cálculo de diferença acionária e nulidade do julgamento com base na inversão do ônus da prova apenas determinada em sentença, constata-se que elas não foram objeto de discussão pela Corte local, tampouco a parte recorrente alegou essas omissões nos embargos de declaração opostos. É entendimento assente no Superior Tribunal de Justiça a exigência do prequestionamento da matéria, ainda que a contrariedade tenha surgido no julgamento do próprio acórdão recorrido. Incidem, na espécie, as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.

Ressalta-se que as matérias consideradas de ordem pública também se sujeitam ao requisito do prequestionamento. Nesse sentido: EDcl no AgRg no REsp 1166894/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 17/10/2013, DJe 14/11/2013; AgRg no REsp 1235029/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/09/2012, DJe 20/09/2012; EDcl no AgRg no Ag 1309423/ES, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/09/2011, DJe 13/09/2011; e, AgRg nos EDcl no REsp 1185470/SC, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/11/2011, DJe 25/11/2011.

4. Acresce ainda em relação ao dissídio jurisprudencial que o conhecimento do recurso fundado na alínea “c” do permissivo constitucional pressupõe a demonstração analítica da alegada divergência. Para tanto, faz-se necessário a transcrição dos trechos que configurem o dissenso, mencionando as circunstâncias que identifiquem os casos confrontados, ônus do qual não se desincumbiu a parte recorrente.

Nesse sentido o AgRg no Ag 1004354 / RS, Relator Ministro Carlos Fernando Mathias (Juiz convocado do TRF 1ª Região), DJe 04.08.2008 e o AgRg no Ag 657431/SC, Relator Ministro Fernando Gonçalves, DJe 23.06.2008.

5. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator